

MEMÓRIA PAULISTANA: OS ANTROPÔNIMOS QUINHENTISTAS NA VILA DE SÃO PAULO DO CAMPO

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick ()*

RESUMO

A Antroponímia no Brasil tem suas raízes na onomástica portuguesa, principalmente. Quando Martin Afonso de Souza desembarcou em São Vicente, no século 16, trouxe na esquadra companheiros da terra, alguns de origem fidalga, outros não; no porto e no planalto formaram os troncos mais ilustres das primeiras famílias paulistanas. Seus nomes significam o traço memorialista e a herança cultural de um povo e de seu tempo, no sistema nominativo do outro, que formaram.

Unitermos: Antroponímia; Nomes de Famílias Antigas; Sobrenomes; Alcinhas, Nome e Memória.

Introdução

Compete à Toponímia e à Antroponímia uma parcela ponderável na preservação dos fatos culturais de uma área geográfica. Não há, realmente, ao que se saiba, discordância entre os teóricos onomásticos quanto à função que desempenham as duas disciplinas como elementos conservadores do que se pode denominar de "memória" de um núcleo social, isto porque topônimos e antropônimos se inscrevem como os elementos mais arcaizantes de uma língua, desde que conservadores de antigos estágios denominativos. A idéia que se tem do problema é sempre a mesma, a sociedade evoluindo com suas regras e normas e mesmo sua linguagem, e os identificadores de um lugar ou de uma pessoa alterando-se de um modo mais lento, de modo a marcar inicialmente o fator registrável, o momento histórico vivido, a trajetória do homem na formação do grupo.

* Professora Associada de Toponímia Geral e do Brasil do Depto. de Letras Clássicas e Vernáculos, da FFLCH-USP

O estudo dos antropônimos paulistas, nesta oportunidade, preten- de mostrar a distribuição dos primeiros agrupamentos familiares da vila do Planalto, então denominada, com certa freqüência, São Paulo do Campo, valendo-se dos registros das *Atas da Câmara*, no século XVI; a tipologia dos prenomes; o aparecimento das alcunhas individuais e a sua formalização em apelidos de família.

Os primeiros povoadores. Os antropônimos

A vila de São Paulo, instalada na segunda metade do Quinhentismo, em terras de "serra acima", também conhecida pelos locativos São Paulo do Campo — mais raramente, São Paulo de Piratininga — e Piratininga, fato comum na correspondência de Anchieta, estruturou-se em torno de comportamentos sociais controvertidos e até mesmo discutíveis, de um certo ponto de vista. Isso pode ser devido à natureza do elemento humano que aqui se fixou, criou raízes e constituiu, ao lado dos indígenas, os troncos clânicos ou familiares; muitos deles entrecruzaram-se na união de colaterais e afins, daí se dizer que, em São Paulo, "*todos eram parentes entre si*", o que é explicável em uma sociedade pequena, mais endogâmica que exogâmica. Conhecer, assim, a constituição da vila é, simultaneamente, conhecer a organicidade dos núcleos ou agrupamentos de indivíduos oriundos de um mesmo ancestral que, por fim, acabaram por fazer a própria história do Planalto.

O homem que aqui se instalou era, antes de ser paulista, sobretudo um europeu, mais precisamente um português do sul ou do norte da Península, para cá emigrado por uma série de razões, explícitas ou não, responsáveis, porém, pelo que Alfredo Ellis Júnior considera um verdadeiro "*processo seletivo*" de formação populacional. Um lusitano em suma, "*concentrado nos núcleos formados pelos companheiros de Martim Afonso e nos que vieram após, seguindo-lhe a esteira*"(1) e em que se pretendeu ver foros de nobreza(2), mais do que valores personalistas, sobretudo coragem e audácia, imprescindíveis à longa travessia. A amparar a vacilação humana em jornadas idênticas, uma forte dose de espiritualidade, sustentada pela bênção papal, sempre ao lado dos navegantes. Foi assim com Pedro Álvares e sua esquadra de 1500, batizadas as naus hieronimicamente, os próprios homens assistidos pelos franciscanos de Frei Henrique; foi assim também com o Capitão Mor de 1530, com duas de suas caravelas denominadas, para usufruírem da proteção divina, de São Miguel e de São Vicente e a terceira que se incorporou à frota, já em Todos os Santos, identificada por Santa Maria do Cabo. O *Diário* de Pero Lopes revela topônimos de

1 ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Raça de gigantes. A civilização do Planalto Paulista*. S. Paulo, Editora Hellos, Ltda/Novíssima Editora, 1926. p. 122.

2 LEME, PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES. *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*. 5ª ed. acrescida da parte inédita, com uma bibliografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay. São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980. Tomos I, II e III.

origem hagianômica: "monte de Sam Pedro", "monte de Santa Ana", "ilhas de Santo André", "cabo de Sam Martinho", "rio de Sam João", "porto de Sam Vicente", alguns por força do calendário romano obedecido, outros pela força da fé. O costume, entretanto, era esse.

Situado, assim, em seu contexto, esse homem deveria carregar consigo, para onde se deslocasse, toda a mística de um mundo ordenado teocentricamente. A colônia d'além mar conheceu tal identificação; a frota de Martim Afonso era, por certo, composta por alguns homens que comungavam tais interesses: os Góis (Pero, Luís, Scipião) os Adornos (Francisco, Antonio e Paulo Dias Adorno), os Cubas (João Pires Cubas, Brás e Antonio Cubas, Francisco e Gonçalo Nunes Cubas), os Lemes (Antão e Pedro), os Pintos (Rui, Francisco e Antonio), os irmãos Jerônimo e Domingos Leitão, Diogo Rodrigues, Baltazar Borges, Brás Esteves ou Teves, Antonio de Oliveira, Antonio Rodrigues de Almeida, Antonio de Proença, Jorge Pires, Jorge Ferreira, Pero de Figueiredo, Cristovam Monteiro, Cristovam de Aguiar de Alitero, Pedro Colaço.

Aportando em terras do antigo Engaguaçu(3), alguns se estabeleceram na marinha, a destinação primeira, outros, ao que parece, teriam influenciado a formação dos primeiros troncos de serra acima, o que pode ser deduzido da verificação de apelidos comuns ou idênticos na vila de São Paulo. Assim aconteceu, por exemplo, com os Cubas, os Lemes, os Pires, os Leitões, talvez os Rodrigues. Os Góis, sem dúvida, ficaram no litoral, amigos que eram de Martim Afonso. Seriam "*fidalgos da Casa Real*", até ostentando um "*brasão d'armas*". Pero de Góis (ou Goes), "*fidalgo honrado e muito cavaleiro*", recebera do Capitão Mor, em 10 e 15 de outubro de 1532, as duas primeiras sesmarias de terra, uma em São Vicente, fronteira a Engaguaçu, e a outra, em Piratininga. Em São Vicente, levantou o primeiro engenho de açúcar do sul, o "Madre de Deus". Loco-tenente de Martim Afonso, primeiro Capitão Mor da Armada de São Vicente, Capitão Mor da Costa brasileira, são seus títulos administrativos. Carvalho Franco, contrariando Pedro Taques, diz que ele não terminou os seus dias em São Paulo, o que não impediu de os reflexos de sua ação, como sesmeiro no Planalto, influenciarem toda a vila:

"Ele agiu nas primeiras repressões regulares contra os carijós e tupiniquins contrários do Tietê, na expulsão definitiva dos castelhanos do litoral vicentino e principalmente na implantação da indústria açucareira na capitania".(4)

3 SAMPAIO, Theodoro. Vocabulário geográfico brasílico. In: *O Tupi na geografia nacional*. 2ª ed. cor. e aument. S. Paulo, Empr. Typogr. O Pensamento, 1914. Engaguaçu: "*corr. Ygua-guaçu, baia grande, lagamar grande*."

4 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Os trinta e dois companheiros de Martim Afonso e a cidade de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, Ed. IV Centenário, 25.1.1954. p.21.

Frei Gaspar(5) e Pedro Taques são omissos quanto à descendência de Pero de Góis. Falam que seu irmão Luís, morador em São Vicente, trouxera para o porto a mulher, Catarina de Andrade e Aguilár e o primogênito Scipião, mas aí não tendo ficado por muito tempo, o casal partindo com a armada de Pero de Góis (1553) e o filho aventurando-se no Paraguai. Gabriel, o terceiro irmão, ficou, entretanto, na capitania, administrando o engenho da Madre de Deus e dele devem provir alguns dos Góis que aí existiram. Há, porém, o lado feminino do tronco, representado por Cecília de Góis, filha de Luís e Catarina, que dizem casada com Domingos Leitão, "fidalgo da Casa Real", e sócio do engenho mencionado; não ficaram também na colônia, voltando para o reino, mas, antes, doaram parte da propriedade à sobrinha Isabel Leitão, casada com Diogo Rodrigues, também da caravana afonsina, e sócio de José Adorno na sesmaria entre São Vicente e São Sebastião.

Destes Leitões, as honras parecem ficar com Jerônimo, "*o mais ativo guerrilheiro de índios do século XVI*", na vila de São Paulo. Capitão Mor e Governador de São Vicente (1572), chefiou bandeira contra os carijós no sul, em incursão por mar, conseguindo envolver na empreitada grande parte dos moradores do Campo. Deixou filhos, dos quais a quarta se casou com Antonio Pedroso de Barros, "*pessoa de qualificada nobreza*" para Pedro Taques, vinda de Portugal com o irmão Pedro Vaz de Barros, diretamente para o porto. Chegaram ambos com provisões régias, Antonio indicado para Capitão Mor Governador da Capitania de São Vicente e São Paulo, e Pedro, Ouvidor, o qual, em inícios do Seiscentismo, "*pela sua grande autoridade e merecimento de sua pessoa fora encarregado de governar a gente da vila de S. Paulo e seu termo*". Não cita o cronista a descendência de Antonio, mas os Pedrosos seguramente permaneceram em São Paulo através dos filhos do Ouvidor Pedro, frutos de sua união com Luzia Leme, membro de outro clã importante na genealogia paulistana.

Examinando-se a nomenclatura da família, verifica-se o que se afirmara em oportunidade anterior: os nomes dos pais e tios se repetem nos filhos e sobrinhos, complicando a rede onomástica e tornando difícil distinguir uns dos outros. Assim, Antonio Pedroso de Barros, ou o Velho ou o Primeiro — formas de chamamento empregadas pela Antroponímia para diferenciar nomes idênticos — ocorre no nome do segundo filho de Pedro que, por sua vez, tem o nome repetido no quarto descendente, e que vai aparecer novamente na geração seguinte; o apelido Pedroso, do tio, caracteriza o terceiro filho de Pedro, Luiz Pedroso de Barros e o sétimo, Hyeronimo Pedroso, da mesma linhagem. Outros dois irmãos, quinto e sexto filhos, Fernão e Sebastião, introduzem a fórmula Paes de Barros, herdada da mãe, Luzia Leme, filha de

5 MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da Capitania de S. Vicente, S. Paulo*, Public. comemorat. sob o alto patroc. da Com. do IV Centenário da Cidade de S. Paulo, Bibl. Hist. Paulista, III, 1953.

Lucrécia Leme(6) e Fernão Dias Paes, de onde vem o Paes que se juntou ao Barros de Pedro Vaz; donde o novo ramo a partir daí, distinto antroponimicamente de Vaz de Barros ou de Pedroso de Barros ou de Barros, simplesmente, que são os apelidos característicos da família do Ouvidor de São Paulo.

Os Cubas, Brás, Gonçalo, Antonio e Francisco, foram filhos de João Pires Cubas, nobre português da cidade do Porto, também vindo na armada de Martim Afonso diretamente para São Vicente. É fora de dúvida que a presença de Brás Cubas dominou todo o cenário da marinha nos primeiros anos quinhentistas. Imediatamente à chegada ao Brasil, recebeu do Capitão Mor a sesmaria de Piratininga (10 de outubro de 1532), donde sua ligação com o Planalto. Depois, em 1536, as terras da sesmaria de Geribatiba, "*fronteiras a Engaguaçu*", que chegavam, para alguns, até o Piqueri, com uma ilha que levou o nome do sesmeiro, também chamada do Barnabé. Brás Cubas é considerado o fundador da vila de Santos, então porto da ilha de São Vicente, ao criar, em 1543, a capela de Nossa Senhora da Misericórdia e o hospital de atendimento aos navegantes, ou de Todos os Santos, origem das Misericórdias brasileiras, à semelhança das que havia em Portugal.

Como retribuição, foi nomeado para o cargo de Capitão Governador da Capitania, ao lado de outras honrarias com que foi distinguido (Provedor e Contador das Rendas e Direitos da Capitania, em 1551, Provedor e Contador das Rendas, Capelas, Confrarias, Albergarias e Gafarias de São Vicente, em 1563).(7) Guerreiro, participou da defesa da vila de São Paulo contra os ataques de 1562 e, como sertanista, organizou a bandeira exploratória de minérios, integrada, entre outros, por Luiz Martins, que encontrou ouro talvez em Jaraguá. Este Luiz Martins teve, por sua vez, participação na primeira *Ata* da Câmara de São Paulo que se conhece, como procurador do conselho, ao lado de outros nobres camaristas, Antonio Mariz, juiz ordinário, Jorge Moreira, Diogo Vaz Riscado, Garcia Roiz (Rodrigues), vereadores. Foi também alcaide e almotacel em 1563, e Nuto Sant'Anna, querendo evidenciar-lhe o prestígio, destaca o fato de ter hospedado em sua casa a João Ramalho, em 1564, que era o "*homem de maior popularidade e poderio durante mais de cinquenta anos do século XVI*".(8)

O irmão de Brás, Antonio, foi juiz ordinário e administrador da Fazenda do Piqueri, onde havia a capela de Santo Antonio, uma das mais antigas da vila. Nuto Sant'Anna diz que chegou à vila vindo da Borda do Campo; em 1575, seu nome figura como vereador ao lado de

6 LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Ibidem*, III, p. 200 e 202. Esclareça-se que o tronco primitivo dos Lemes deve estar em Antônio Leme, juiz ordinário da vila de São Vicente em 1541, em seu filho Pedro Leme e em sua neta Leonor Leme, casada com Brás Esteve, sócios do engenho S. Jorge dos Erasmos, de acordo com Frei Gaspar.

7 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Ibidem*, p. 22-23.

8 SANT'ANNA, Nuto. A mais antiga ata que se conhece da Câmara de São Paulo de Piratininga. *O Estado de São Paulo*, Ed. do IV Centenário, 25.1.1954. p. 144.

outros prestigiados, como Antonio Preto, Jorge Moreira, "*o homem público mais importante da Vila de São Paulo, na qual esteve em franca atividade por quarenta anos*", Antonio Bicudo, Domingos Luis (Grou) e Afonso Sardinha, sertanistas; ainda aparece em 1576 e 1578 como almotacel e, em 1576, como juiz ordinário.

Comentando a respeito do nome de família, inscrito nos brasões, Carvalho Franco diz estar representado por *cinco cubas de ouro* que talvez tivessem origem nos seus avós que, em Portugal, eram "*toneleiros e picheleiros*".(9)

Os Adornos que vieram com Martim Afonso não se apresentam nas primeiras atas da Câmara de São Paulo. A ação de José Adorno tinha por centro a marinha, muito embora fosse dono de uma sesmaria em Piratininga, desde 1566; o mesmo sucedeu com os outros irmãos, que se expandiram pelo litoral norte; Francisco Adorno, por exemplo, casou-se com Felipa Álvares, filha de Caramuru, cuja filha, por sua vez, se uniu a Francisco Rodrigues (1552), dando origem à casa baiana dos Adornos e Cachoeiras, responsável pela descendência de vários sertanistas.(10)

Os Pintos figuram na genealogia paulistana através dos irmãos Rui, Francisco e Antonio. De acordo com Pedro Taques(11), teriam chegado na esquadra de João do Prado, junto com Martim Afonso, que trouxe "*vários homens de foro e cavaleiros da Ordem de Cristo*"; entre "*os mais estimados*", estavam os filhos de Francisco Pinto, fidalgo da Casa Real.

O fato é que o Capitão Mor incumbiu a Rui a construção de um engenho de açúcar em sua sesmaria, "*no fundo da ilha de Santo Amaro, ao norte do rio da vila de Santos*" (1533). Colocado sob a proteção de São Jorge, o engenho recebeu o nome de Armadores do Trato, depois do Senhor Governador, até ser vendido (1550) ao flamengo Erasmo Schetz, tornando-se então conhecido por Engenho de São Jorge dos Erasmos, num aproveitamento da antiga hieronímia com a pluralização prenominal.

Dos três irmãos, foi Antonio quem subiu a serra para tomar assento na vereança de 1588, como almotacel, durante a gestão de João do Prado como juiz ordinário. Teria concorrido para a formação antropológica de São Paulo da seguinte forma: de acordo com Frei Gaspar, sua mulher era neta de Jorge Pires, com quem teve a filha Vitória Pin-

9 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Ibidem*, p. 23.

10 Idem, *Ibidem*, p. 24.

11 LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Ibidem*, II, p.1.

to, que se uniu a Antonio de Siqueira Oliveira, de onde procedem esses ramos paulistas.

O referido Jorge Pires, irmão de Domingos Pires, também integrante da comitiva afonsina, obteve a sesmaria de Bertioaga em 1545. Para Frei Gaspar, seria cunhado de Rui Pinto, casado com sua irmã Ana Pires Missel e ascendente, para o autor, dos Pires paulistas, enquanto Azevedo Marques diz que esse tronco descende diretamente de Salvador Pires. As confusões quanto à filiação, talvez contraditórias, devem-se, como já se viu, à repetição dos mesmos nomes em mais de uma geração. Pedro Taques coloca Jorge Pires como primo de João Pires, o Gago, natural do Porto, enquanto Carvalho Franco diz que os dois, Jorge e João, eram irmãos e que Salvador viera de Portugal com este último, seu pai. Pedro Taques segue este raciocínio e afirma que João teria permanecido em São Vicente enquanto Salvador subiu a serra, instalando-se na Borda do Campo, onde recebeu terras, meia légua na "Tapera", *"partindo pelo campo de Piratininga direito a serra"*. Casou-se com Maria Rodrigues, filha de Garcia Rodrigues e Isabel Velho e o filho, também chamado Salvador Pires, uniu-se em segundas núpcias a Messia Fernandes ou Messia Assu, a mameluca descendente de Antonio Rodrigues, companheiro de João Ramalho e genro de Piquerobi, o chefe de S. Miguel. Legítima descendência guaianá, portanto, desde que Piquerobi era um dos três indígenas poderosos do Planalto, ao lado de Caiubi e Tibiriçá. Novamente o nome de Salvador Pires repete-se no neto, que, da união com Ignez Monteiro de Alvarenga, cognominada a Matrona, gerou outro Salvador Pires, agora de Medeiros, já no Seiscentismo.

Do casamento do Capitão Salvador Pires com Messia Assu, a primeira filha, Maria Pires, veio a se casar com o sevilhano Bartholomeu Bueno da Ribeira, em 1590, tornados pais de Amador Bueno, o Aclamado, *"um dos paulistas da maior estimação e respeito, assim na pátria como fora dela"*, *"vassalo de tanta honra e fidelidade"* (12), que serviu várias vezes no senado da Câmara. Os Buenos eram "opulentos" de cabedais: colheitas, gado, cavalos e ovelhas. Quiseram por isso e pela *"aliança das famílias mais principais da capitania"*, fazer de Amador Bueno o rei dos paulistas; alguns espanhóis revoltosos foram os autores da rebelião, segundo Taques, os Toledos Rendon, Gabriel Ponce de Leon, André de Zuniga e seu irmão Bartholomeu de Contreras e Torales, D. João de Espínola Gusman, mas, em nenhum momento, Bueno se deixou levar pela sedução do poder, mantendo-se leal ao Rei D. João IV, refugiando-se no Mosteiro de São Bento até serenarem os ânimos. (13) Ellis Junior tem opinião diferente sobre a lealdade de Amador Bueno, contestando sua escolha como capaz de fazer vingar um movimento de que São Paulo já dera mostras de querer, levando-se

12 Idem. *Ibidem*, p. 75 e 76.

13 Idem. *Ibidem*, p. 77.

em conta a propalada auto-suficiência mameluca, sob todos os pontos de vista.(14)

Salvador Pires e Bartholomeu Bueno figuram, porém, já nas primeiras *Atas* quinhentistas, o primeiro estando referido na sessão de 5.11.1562, quando seu nome aparece entre aqueles que deveriam arcar com a incumbência de erguer os muros e baluartes da vila "*cõ pena de cyncuo tostois*" pelo não cumprimento. No *auto de ajuntamento do povo*, realizado em 8.12.1562, "*nas pouzadas de Jorge Moreira*", está registrado que a Câmara e o povo fizeram

"hũa precuração a sallvador pires p^a ir ao mar a requerer couzas que são necesairias pa. esta vila e pr. quãoto ho dito sallvador pires queira e lhe era nesesairo dinheyro p^a gastar ã allguas couzas q̃ o dito sallvador pires requerer ã prol e pro-veito desta vila (...) q̃ eles se obrigavão a dar e pagar o q̃ cada hu lhe viesse ã conta" (*Atas*, I, 17-18).

Eleito procurador do conselho em 1563, juiz em 1573, ao lado de Jorge Moreira, almotacel em 1579, 1583 e vereador em 1578 e 1582. Já Bartholomeu Bueno foi aferidor da Câmara para o ano de 1588 e almotacel em 1591.

O nome de João do Prado, que, segundo Taques e como se mencionou, teria vindo com Martim Afonso, não consta da relação de Carvalho Franco, que cita trinta e dois companheiros do Capitão Mor. Frei Gaspar também não o inclui em seu elenco de nomes; o fato, entretanto, é que, se não se pode encontrá-lo nas primeiras sessões da Câmara (década de 1560), pode-se achá-lo nas subseqüentes, dentro ainda do Quinhentismo. Apesar de já longo, Taques diz ser ele quem participou das reuniões de 1588 e 1592 e não um homônimo; estava vivo ainda nessa data, pois faleceu só em 1597. Com a mulher Felipa Vicente, filha dos povoadores Pedro Vicente e Maria de Faria, teve onze filhos; deles, a referência fica para João do Prado, que traz o mesmo nome do pai, que o transmitiu ao terceiro filho, neto do povoador o qual, se casando em 1635 com Maria Chaves, repete num descendente a mesma fórmula antroponímica (João do Prado), formadora de um dos apelidos de família mais frutuozos e reconhecidos no Planalto.

Estudando-se o tronco dos Lemes, verifica-se um imbricamento na terceira geração com estes Prados, da seguinte forma: Leonor Leme, filha do patriarca Pedro Leme, já referido, era casada com Brás Esteves, de São Vicente, de cuja união nasceram cinco filhos; o primeiro deles, homônimo do pai, veio a se unir a Helena do Prado, segunda filha do Capitão João do Prado. Da prole do casal, três repetem os sobrenomes paternos e maternos, dando origem, assim, ao ramo dos

14 ELLIS JUNIOR, Alfredo. *A lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina*. S. Paulo, Edit. Obelisco Ltda., 1962. p. 84.

Lemes do Prado, ou seja, Mateus, Pedro e João Leme do Prado. Mas a quinta filha de Leonor e Brás Esteves, Lucrecia Leme, doadora dessa tipologia antroponímica à primeira filha do irmão Pedro, veio a se casar em São Vicente com um tio, Fernão Dias Paes¹⁵, português de Abrantes, iniciando-se aí o tronco paulista dos Paes Leme, de notória significação para o Planalto, ainda que este Fernão Dias não tenha sua origem no campo vinculada à viagem afonsina. Constituiu-se, porém, em *"uma das pessoas de maior respeito"* da vila, vindo a ser proprietário de grande gleba nos Pinheiros. Como camarista, foi vereador em 1588 e 1592, juiz em 1590 juntamente com Antonio Preto e Antonio de Saiavedra. Do assentamento dos sete filhos, ocorre o registro de fórmulas antroponímicas diversas, originárias de apelidos ou sobrenomes sobrepostos mas que formaram descendência a partir dessa base onomástica instável; assim, Isabel Paes, Leonor Leme, Fernão Dias Paes, Pedro Dias Paes Leme e Luiz Dias Leme são as combinações conhecidas. O filho do povoador, Fernão Dias Paes, repete o nome do progenitor; casado com Catarina Camacho, dele disse Pedro Taques ter sido *"potentado pelo domínio que teve em um grande número de índios que fez baixar do sertão com o poder de suas armas; e fundou a populosa aldeia chamada de Imbohû (Embu) que, depois (...) cederam aos padres jesuítas do Colégio de São Paulo"*, tornados *"herdeiros dos seus bens"* e *"estabeleceram jazigo para serem sepultados nele, como assim se verificou"*.¹⁶ É fácil, como se vê, confundirem-se pais e filhos que se identificavam não apenas nos nomes mas até na posse das terras, um em Pinheiros, outro no Imboú, as duas glebas na mesma zona do sertão, a oeste e sudoeste da vila.

O irmão de Fernão Dias Paes, Pedro Dias Paes Leme, casou-se com Maria Leite, filha do capitão Paschoal Leite Furtado e de Isabel do Prado. A referência interessa a esta pesquisa à medida que, da descendência de nove filhos de Pedro Dias, destaca-se o primogênito, Fernando (=Fernão) Dias Paes, conhecido como Governador das Esmeraldas. Se este Fernão Dias incorpora e consagra a fórmula antroponímica do tio e avô, seus irmãos repetem apelidos de ascendentes próximos ou mais distantes: Leite Dias (Paschoal), Dias Leite (Pedro e Verônica), Leite da Silva (João e Sebastiana), Dias (Maria), Paes da Silva (Isabel), Leite (Potência). Nove filhos, sete combinações possíveis no ramo de Pedro Dias Paes Leme, viáveis apenas por estarem dentro da elástica composição da antroponímia portuguesa.

Taunay resume da seguinte maneira o entroncamento familiar de Fernão Dias, o Moço, nascido em 1608:

"tinha, como dissemos, bisavó brasileira, a vicentina Felipa Vicente. E um bisavô grande bandeirante, João do Prado, o

15 LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Ibidem*, III p. 52.

16 Idem. *Ibidem*, III p. 53.

famoso entradista, emigrado para o Brasil em 1531, com Martim Afonso de Sousa e falecido no sertão em 1597, no arraial do Capitão Mor João Pereira de Souza Botafogo (...). Pelo avô materno, o açoriano Paschoal Leite Furtado, genro de João do Prado(...). Dois tios paternos seus haviam chegado até à opulência. Vinham um a ser Fernão Dias Paes(...) senhor da (...) aldeia de Imbohu (...). O outro, Luiz Dias Lemes, estabelecido no litoral, vivia como verdadeiro magnata".(17)

Era primo-irmão dos sertanistas Luiz Pedroso de Barros, morto no Peru, em 1662, de Sebastião Paes de Barros, morto em 1674, no Alto Tocantins, de Valentim de Barros, oficial de retirada do Cabo de S. Roque, de Jerônimo Pedroso de Barros, combatente em Mbororé (RS), 1641, de Antonio Pedroso de Barros, companheiro de Antonio Raposo Tavares e de Pedro Vaz de Barros, e Fernão Paes de Barros.

De Fernão Dias, a atuação como sertanista e descobridor de minas quase obscurece a de homem público, documentada, por exemplo, em cartas régias citadas por Taques.(18) Taunay, diz que ele não esteve no Guairá com Raposo Tavares, sem descartar de todo a possibilidade, mas aponta o ano de 1638 como o de seu aparecimento no bandeirismo. Em 1639, era Capitão das Ordenanças da vila de São Paulo, época em que o litoral paulista foi visitado por naus holandesas; logo ocorreu para defendê-lo, inclusive com recursos próprios. Tempos difíceis esses para São Paulo: brigas internas entre duas de suas melhores famílias, os Taques (um deles cunhado de Fernão Dias) e os Camargos; o episódio da expulsão dos jesuítas, cujo manifesto, para Taunay, não teria sido assinado por Fernão Dias, muito embora o fosse por outros de sobrenomes ilustres, o que teria certamente pesado na decisão: Fernando de Camargo, Garcia Rois (Rodrigues) Velho, Matheus Grou, Antonio Bicudo (de Mendonça), Dom Francisco de Lemos, Pedro Vaz de Barros, Antonio Pedroso de Barros, Balthazar de Godoy Moreira, os irmãos Toledo Rendon. Mais tarde, treze anos depois, foi um dos que mais lutaram pela reintegração dos inacianos à vila. Em 1651, era juiz ordinário da Câmara: "*Da leitura das Atas numerosas de 1651, tira-se a conclusão de quanto conscienciosamente cuidou Fernão Dias Paes do bom andamento das coisas do bem público, tratando do aprovisionamento de carnes e vinhos, das entradas ao sertão, das cousas da almotaçaria, etc*".(19) O episódio da bandeira do Sabarabussu, em busca das esmeraldas, foi dissecado em seus pormenores não só por Taunay mas por outros estudiosos, aos quais se remete; os dissabores da empresa vivificam-se, contudo, na narrativa em que se depreende que, destituído da ajuda oficial, abandonado à própria sorte, o sertanista

17 TAUNAY, Afonso E. *A grande vida de Fernão Dias Paes*. São Paulo, Typograf. Diário Oficial, 1931. p. 14-15.

18 LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Ibidem*, III p. 62.

19 TAUNAY, Afonso E. *Ibidem*, p. 53.

nista, já idoso, só pôde contar com os recursos próprios e da família; nem por isso esmoreceu, continuou obstinadamente, acompanhado por alguns, Mathias Cardoso de Almeida, primo e "*nome dos maiores do bandeirantismo*", seu filho Garcia Rodrigues Paes, o genro Manuel de Borba Gato, Antonio do Prado Cunha, além de José Paes, o mameleuco que reconheceu como filho e que, afinal, acabou tramando contra a vida do pai e por ele morto. Falecendo Fernão Dias no sertão, seu filho Garcia Paes intentou a longa viagem de volta do Sumidouro para sepultá-lo, conforme sua vontade, no Colégio de São Bento, que ajudara a reformar e onde tinha jazigo perpétuo; isto ocorreu a 30.12.1681:

"e ainda depois de morto o perseguiram as calamidades ordinarias do Certam porque o seu cadaver, e as amostras (das pedras) padecerão o naufragio do Rio que chamam das Velhas, em que se perderam as armas e tudo quanto trazia de seu uso e se afogou gente porque os Indios nadadores se ocuparam em salvar as vidas, e acudir às amostras das esmeraldas como em sua vida lhes tinha recomendado o defunto seu Snr. cujo corpo se achou depois de muitos dias a diligencia de seu filho Garcia Rois Pais que o tinha ido a socorrer; e chegara ali depois de sua morte e naufragio". (20)

Do casamento com Maria Garcia Rodrigues Betimk, tornado Betim, filha de Garcia Rodrigues Velho, nasceram oito filhos, em cujos nomes se nota a mesma variação antroponímica, relativamente aos apelidos: Rodrigues Paes (Garcia), Dias Leite (Pedro), Paes (Custódia, Isabel e Catarina), Paes Leme (Mariana), Leite (Maria) e Leme (Ana Maria), nenhum deles repetindo no ordenamento antroponímico o nome do pai que se tornaria célebre, mas já renomado na época.

Restam os outros companheiros de Martim Afonso, alguns já mencionados, como Jorge Pires, Brás Esteves, Jorge Ferreira. Do elenco de nomes, releva a presença de três Antonios, de Proença, de Oliveira, Rodrigues de Almeida; aliás, Antonio é o prenome mais usado na onomástica afonsina, pois aparece também na família Adorno, Pinto e Cubas. São mencionados tanto por Frei Gaspar como por Carvalho Franco.

Antonio de Oliveira chegou a ser Capitão Mor Governador de São Vicente, em substituição a Gonçalo Monteiro e a Brás Cubas. Não deve ter subido a serra, ficando na marinha, onde desenvolveu ação política, desde que Frei Gaspar nada diz em contrário. Pelo casamento, estava ligado a Domingos e Jerônimo Leitão, uma vez que sua mulher, a portuguesa Genebra Leite de Vasconcelos, era irmã desses povoadores. Frei Gaspar fá-lo ascendente do grande tronco dos Oliveiras da Capitania.

20 Idem. *Ibidem*, p. 169.

Antonio Rodrigues de Almeida recebeu sesmarias no porto de Santos, no Rio de Janeiro e em Piratininga, onde teria residido, segundo Carvalho Franco. Consultando-se as *Atas* da Câmara, verifica-se a presença de um Antônio Rodrigues. Será o mesmo companheiro de Martim Afonso, ainda ativo em 1596? De seu casamento com Maria Castanho, de Monte-Mor, o Novo, veio a ascendência de "*uma das suas mais ilustres e nobres famílias, quais as do título de Almeidas Castanhos*", acrescentando Frei Gaspar a esses nomes os Laras, os Toledos, os Taques e os Moraes. Sabe-se, porém, que Antonio de Almeida se tornou parente de Antonio de Proença pelo casamento de sua filha, a citada Maria Castanho, com esse "*moço da Camara do infante D. Luiz*", "*dentre os 213 moços de Camara que teve*". Diz Carvalho Franco que Antonio de Proença veio em degredo para o Brasil e por isso recusou nomeação para a Câmara de Piratininga, para a qual fora eleito. Todavia, seu nome figura como vereador nos anos de 1584, 1591 e 1593, e juiz ordinário em 1587, também podendo ser encontrado no cargo de Meirinho do Campo ou do Sertão, até 1587. De sua descendência, constam registros dos Proenças, Almeidas e Almeidas Proenças.

Cristovam de Aguiar de Altero era também "*cavaleiro fidalgo da Casa Real*" e foi sucessor de Antonio de Oliveira no posto de Capitão Mor e Ouvidor, por nomeação de Dona Ana Pimentel. A respeito de seu apelido de família, Carvalho Franco diz que sofreu uma modificação na Bahia para d'Altro e, deste, em Daltro, forma pela qual se tornou conhecido.(21)

Finalmente, pelo que registra Carvalho Franco, sabe-se que Pedro Colaço não teria subido a serra, seus cargos políticos exercendo-os todos na marinha; a ele, segundo o autor, competiu a escolha do novo local para onde se transferiu a povoação de São Vicente a fim de escapar da invasão das águas, como já havia ocorrido.

Por outro lado, não se ignora que, na formação populacional de São Paulo, houve a presença do elemento castelhano, não de todo contrário, assim, à ação colonizadora portuguesa meridional. As *Atas* da Câmara trazem alguns dos que se integraram ao cotidiano paulista, participando do rol dos "*homens bons da vila*", que podiam ser eleitos para cargos públicos. Aliás, Alfredo Ellis Júnior já elaborara mesmo uma relação dos que vieram de Espanha para o Brasil e dentre eles encontram-se representados nas *Atas*, em 1582, Antonio de Sayavedra (Saavedra), como juiz ordinário e em 1587, como vereador; talvez André de Burgos Jesus e Francisco Teixeira Cid; em 1584/1585, certamente Diogo de Onhate, como escrivão; em 1588, Bartholomeu Bueno da Ribeira, o sevilhano, como aferidor; em 1592, Alonso Peres, como procurador; talvez José de Camargo, almotacel em 1592 e juiz em 1595, seja o mesmo Giuseppe de Camargo registrado por Ellis; em 1594, o

21 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Ibidem*, p. 26.

almotacel é Antonio de Zouro; em 1591, o porteiro da Câmara é Francisco Leão, de cujo nome Ellis aponta variantes espanholas: Gabriel Ponce de Leão e Contreras y Leon.

Não seriam, contudo, apenas esses os sobrenomes quinhentistas; as *Atas* deixam entrever mais, como Domingos Alves, Frutuoso da Costa, Francisco de Brito, Francisco Pereira, João Soares, Salvador de Paiva, Pero Fernandes, Manuel Fernandes e Manuel Fernandes, o Moço, Estevão Ribeiro e Estevão Ribeiro, o Moço.

Está claro que a época era propícia às alcunhas, os dois Manuel Fernandes, por exemplo, se diferenciavam pelo emprego cronológico, o Velho e o Moço se contrapondo, pai e filho ou tio e sobrinho? mas sempre da mesma família. Em outras circunstâncias, o parentesco colateral podia se servir de formas semelhantes, como a de João Sobrinho, almotacel em 1531, ou mesmo Alvaro Neto, procurador do conselho em 1584, a alcunha aqui se integrando ao prenome e acarretando a perda do apelido clânico. Em Francisco Velho também está clara essa tendência à incorporação, capacitando a sua transmissão como um mero sobrenome pelo declínio da forma apositiva (o Velho).

Outras vezes, o índice individual caracterizador é de procedência geográfica, como em João Gallego, porteiro da Câmara no ano de 1564, o próprio Belchior da Costa, almotacel em 1586; Pero do Campo, almotacel em 1595; ou indicativo de uma característica física, como ocorre em Antonio Preto (?), vereador em 1572, ou de profissão, André Escudeiro. Pode ocorrer também que a imprecisão onomástica da época omita o apelido de família, ou o tronco clânico, só aparecendo a forma prenominal composta, o segundo membro do sintagma acabando ele próprio por se transformar em apelido, capaz de ser incorporado como tal pelos descendentes. É o caso de Domingos Luiz, procurador do Conselho em 1575; seria o mesmo que figura nas *Atas*, em 4.1.1562, quando ofereceu sua casa para os oficiais da Câmara fazerem a sessão desde que a vila ainda não tinha acomodações próprias para o senado? Ou em 9.3.1563, quando eleito Capitão do gentio, "*cõforme a hua quarta do sôr quapitão e ouvidor*" ? (*Atas*, I, 24)

Já foi dito que, dos prenomes, Antonio aparece com regularidade, tanto entre os componentes da esquadra afonsina, como dentre os camaristas de São Paulo, o que está em consonância à mentalidade onomástica do português quinhentista; o outro prenome que vem se mantendo com constância nas pesquisas que sempre vimos de realizar, contrapondo-se a Antonio, é José, e este, mais uma vez de acordo com a frequência dos nomes lusitanos, não se fazia notar nas duas fontes (esquadra afonsina e *Atas* da Câmara de São Paulo), isto porque o culto do santo de onde se derivou o uso antroponímico é de devoção mais tardia em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil. Para não fugir ao uso, entretanto, surge o já referido José de Camargo, no fim do

Quinhentismo. Na realidade, o que se empregava como prenome era de outra tipologia, que depois tende a se escassear, como Pero, Christovão, Gaspar, Afonso, Domingos, Salvador.

João, desde essa época, continua sendo um exemplo de vitalidade onomástica, pois já era o preferido em plena Idade Média, afirmativa essa justificada pelos seguintes exemplos: João Fernandes, João Gallego, João Rodrigues, João Maciel, João Soares, João do Prado, João Sobrinho, e, por certo, o "*notável e distinto entre eles*", João Ramalho. Sua história é conhecida e chega até a misturar-se ao lendário; não há porque se repeti-la aqui, apenas enfatizar que, já em 1563, figura como Capitão Mor da vila de São Paulo, eleito pelo povo. A *Ata* de 24.6.1562 diz o seguinte:

"Se ajūtārão os hoficiaes da Camara p^a darẽ juramto. dos sãoto evãogelhos p^a q̃bem e verdadeiramte. servise ho cargo de Capitão da dita vila j^o ramalho (...) e elle prometeo de fazer verdade (...)" (Atas, I, 14).

E, logo a seguir, está o registro da provisão que o Capitão Governador da Capitania de São Vicente, João Colaço, passou a João Ramalho:

"faço a saber aos q̃ esta minha provizão virem ã como p^a bozes ã eleição saio p^a capitão p^a a gera j^o ramalho ao quall eu dou todo meu poder p^a a gera como eu ã p^a e mãodo q̃ na dita gera se a ouver lhe obedacao ã tudo ho q̃ necessario for a gera somte. pr. q̃ e tudo mais se gardara ho q̃ tenho mãodado ã minhas proviões so pena de quallquer p^a q̃ hao dito j^o ramalho não quizer obedecer na dita gera sera prezo e da cada pagara vite cruzados e hũ ano de degredo p^a bertioga. (Atas, I, 14-15).

Era assim João Ramalho, o todo-poderoso chefe branco dos guaianá, sempre pronto a socorrer a vila quando em perigo de invasões contrárias; só em perigo, porém, em outras circunstâncias, não, ainda que o povo assim quisesse. É o que explica a *Ata* de 15.2.1564, quando o conselho da Câmara se dirigiu "*às casas de Luiz Martins*" onde "*hai estava j^o ramalho pouzado*", a requerer-lhe aceitasse o cargo de vereador para o qual fora eleito:

"e pelo dito j^o ramalho nos dito q̃ ele era hũ homẽ velho q̃ pasava de setenta anos e q̃ estava tão bem ã hũ lugar ã tera dos cōtrarios da paraiba e q̃ estava tão bem como degredado no dito lugar e q̃ pelas tais razoes não podia servir ho dito quargo e q̃ suas merses chamasẽ outro".

E chamaram, de fato, a Lopo Dias, que aceitou a substituição (*Atas*, I, 37), a partir daí não mais se registrando a presença de Ramalho na Câmara.

Casado com Bartira, filha do chefe Tibiriçá, em cristã Isabel, com quem teria vivido por mais de quarenta anos — o que veio a se constituir em uma de suas mais áspersas rixas com os inacianos, desde que deixara mulher em Portugal, Catarina Fernandes das Vacas — deixou uma descendência de oito filhos, inscritos em um testamento localizado por Washington Luis, segundo relato de Afonso Taunay.(22) Seriam estes: André Ramalho, o mameluco de São Paulo, Joana Ramalho, Margarida Ramalho, Victório Ramalho, Antonio de Macedo, Marcos Ramalho, Jordão Ramalho e Antonia Quaresma. Azevedo Marques difere da relação, apontando Beatriz Dias, casada com Lopo Dias, Francisco Ramalho, o Tamarutaca, Antonio Macedo, Vitorino e Joana Ramalho.(23) Ellis diz que Beatriz Dias, mulher de Lopo Dias, era filha de Tibiriçá, não do patriarca, de quem seria apenas cunhada(24); Pedro Taques, por sua vez, diz que Joana Ramalho era irmã de João e mulher de Jorge Ferreira, Capitão Mor de São Vicente, em 1556.(25)

Conclusão

Há controvérsias genealógicas nesse campo do entroncamento familiar, portanto, que escapam ao âmbito desta análise; o que deve salientar, porém, o antroponimista é que, entre o português e os índios guaianás aldeados, estabeleceu-se um vínculo de parentesco pela união do homem branco e da mulher índia, num caldeamento que iria se repetir de modo constante por todo o Quinhentismo e Seiscentismo paulista, dando origem a um dos mais contundentes exemplos de mistura étnica que o Brasil conheceu — o mameluco de São Paulo — capaz de, por si só, estabelecer no Planalto um sistema de vida autárquico e auto-suficiente, como querem alguns, independente e autônomo, distinto de outros, e que alterou profundamente os rumos da história do país.

22 TAUNAY, Afonso E. João Ramalho e São Paulo. *O Estado de São Paulo*, Ed. do IV Centenário, 25.1.1954. p. 12.

23 MARQUES, Manoel Eufrásio de Azevedo. *Apointamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até 1876*. São Paulo, Publ. Comemorat. sob o alto patroc. da Com. do IV Centen. da cidade de S. Paulo, Bibl. Hist. Paulista, I, 2 vols. 1953.

24 ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Raça de gigantes*, p. 66. Teria havido, segundo o autor, outras uniões de português com indígenas, além da de João Ramalho e Bartira, como Pedro Dias com Terebé, filha de Tibiriçá, Brás Gonçalves com a filha do chefe de Virapueira, Domingos Luiz Grou com a filha do chefe de Carapicufba. Cf. tb. do autor, *Os primeiros troncos paulistas e cruzamento euro-americano*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1936. p. 49.

25 LEME, Pedro Taques de Almeida Paes — Ibidem, II, p.2. Cf. também PRADO, J. F. de Almeida — *Primeiros povoadores do Brasil 1500-1530*. S. Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1935. p. 110.

Importa, além disto, revelar que, antropônimos de feição tão lusitana, acabaram, por um sistema de simbiose, a enraizar-se na terra, passando a assumir as características da vila de serra acima, como se aqui originários fossem. Hoje, são tão paulistas como, antes, foram portugueses; até as próprias alcunhas vieram a perder a cor d'além mar, misturando-se às coisas da gente, como um dado seu.

Recebido em 26/03/90

ABSTRACT

The Antroponimy in Brazil has its origins in Portuguese Onomastic, mainly. When Martin Afonso de Souza unshipped in São Vicente, in 16th. Century, brought in his squadron land parteners, some of high birth, others not; in harbour and plateau developed the cradle of the first families of São Paulo. These names have contributed to the construction of São Paulo memorialists aspects and demonstrated the extraordinary wealth of their present hidden cultural information.

Key-words: *Antroponimy; Ancient Family Names; Surnames; Wick Names; Names and Memory.*